

LIVRO DIDÁTICO *PRÁTICAS CORPORAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA*: UM OLHAR SOBRE A SEÇÃO “CONSTRUÇÃO DE VALORES”

*Eliane Maria de Almeida **

*Telma Adriana Pacífico Martineli ***

RESUMO: Embora o livro didático seja um material didático antigo na educação escolar, na disciplina de educação física sua utilização ainda é incipiente. Assim, o objetivo desta investigação foi examinar o propósito da seção denominada “Construção de valores”, no livro didático intitulado *Práticas corporais – Educação física 1º e 2º anos* do componente curricular educação física. Tratou-se de um estudo bibliográfico e documental, cuja análise se fundamentou em alguns autores da Teoria Crítica e da Teoria Histórico-Cultural. O livro didático estudado contempla as unidades temáticas estabelecidas na BNCC e busca abarcar as dimensões do conhecimento, por meio de temas que envolvem a apresentação conceitual do conteúdo estudado, a experimentação e a análise de atividades motoras e atividades para o acompanhamento e avaliação dos alunos, com vistas a formar estudantes críticos e criativos. A proposta apresentada no manual adere às orientações da BNCC e agrega valores e princípios de manutenção da atual forma de sociabilidade. A seção “Construção de valores”, apesar de destacar as práticas esportivas paraolímpicas, secundariza esse conhecimento específico da educação física para promover o desenvolvimento de valores morais. Por fim, a organização e a sistematização do livro didático, ao atenderem às orientações dos documentos normativos nacionais, promovem uma pseudoformação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Livro Didático. Pseudoformação. Construção de valores.

THE “*PRÁTICAS CORPORAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA*” TEXTBOOK: A LOOK AT THE “*CONSTRUÇÃO DE VALORES*” SECTION

ABSTRACT: Even though the textbook is a long-standing didactic material within the school education, its use in the subject of physical education is still emerging, and only in 2017 the Brazilian National Textbook Plan made it possible to achieve a teacher's handbook. With that in mind, the aim of this investigation was to examine the purpose of the section called “*Construção de Valores*” [Construction of Values] in the textbook entitled “*Práticas Corporais - Educação Física 1º e 2º anos*” [Body Practices - Physical Education 1st and 2nd grades] of the physical education curricular component. It was a bibliographic and documentary study, whose analysis drew on some writers of Critical Theory and Historical-Cultural Theory. The textbook under investigation includes the thematic units established in the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), and seeks to cover the dimensions of knowledge via topics that involve the conceptual introduction of the content studied, the experimentation and the analysis of motor activities and activities for students' guidance and assessment, so as to prepare critical and creative students. The outline introduced in the handbook adheres to the BNCC guidelines and combines values and principles to maintain the current form of sociability. The “Construction of Values” section, despite highlighting paralympic sports practices, relegates that specific knowledge of physical education to a secondary role, in order to uphold the development of moral values. Finally, the organization and systematization of the textbook, while following the guidelines of national normative documents, promote pseudo-education.

KEYWORDS: Physical Education. Textbook. Pseudo-education. Construction of values.

* Doutoranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-PR, professora de educação física na rede municipal de Londrina-PR, e-mail: elianemarialmeida@hotmail.com, orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3829-9293>.

** Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-PR, professora no Departamento de educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR, e-mail: tapmartineli@uem.br, orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2997-295>.

Introdução

Os conhecimentos ensinados nas instituições escolares fundamentam-se nas diretrizes e proposições estabelecidas por políticas educacionais de cada país. No Brasil, o principal documento que define as aprendizagens essenciais para os estudantes brasileiros é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse documento, a educação física é apresentada como um dos componentes curriculares obrigatórios. Assim, a BNCC tematiza as práticas corporais - Jogos e Brincadeiras, Esportes, Lutas, Danças, Ginásticas e Práticas corporais de aventura - sob a perspectiva denominada Cultura Corporal de Movimento (Brasil, 2017).

Embora a educação física seja um componente curricular obrigatório, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), em 1996, foi apenas em 2017, mesmo ano de promulgação da BNCC, que o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) instituiu o fomento à produção de livros didáticos para essa disciplina (Melo; Moreira, 2019).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Brasil, 2021), o PNLD surgiu em 1937, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de distribuir livros didáticos aos estudantes da rede pública de ensino do país. Ademais, a partir de 1985, esse programa possibilitou que os professores fizessem a escolha do livro didático a ser utilizado.

O PNLD de 2019, conforme o Edital de convocação 01/2017, estabeleceu a proposição de um material didático para o componente curricular educação física, um manual do professor. Nesse processo, foram aprovadas quatro obras, quais sejam: *Encontros – Educação Física*, sob a autoria de Luciana do Nascimento Leopoldino; *Manual do professor para a educação física*, de Roselise Stallivieri; *Práticas corporais – Educação física 1º e 2º anos*, de Suraya Cristina Darido, Amarilis Oliveira Carvalho, Aline Fernanda Ferreira, Fernanda Moreto Impolcetto, Irla Karla dos Santos Diniz, Osmar Moreira de Souza Júnior, André Luís Ruggiero Barroso, André Minuzzo de Barros e Laercio Claro Pereira Franco; e *Prática corporais e a educação física escolar*, de Ana Carolina Faber Boog e Elisabete da Silva Jacques (PNLD, 2019; Silva *et al.*, 2020). Após a aprovação dos livros, os professores foram responsáveis por acessar as obras aprovadas, via internet, e indicar duas delas, primeira e segunda opção, para serem utilizadas nas escolas durante o triênio 2018-2020.

O livro didático é um material de cunho pedagógico utilizado por vários componentes curriculares e que determina e orienta os conhecimentos a serem ensinados nas escolas. Ele é alvo de duras críticas na área da educação, devido a sua forma de estruturação, organização e abordagem dos conteúdos, bem como seus objetivos e os resultados esperados, tornando-se, assim, um objeto de controle sobre a ação docente por definir as estratégias de ensino e as atividades a serem ministradas (Barroso; Darido, 2017; Farias, 2018; Souza Júnior *et al.*, 2015).

Por outro lado, identifica-se que o livro didático pode ser um suporte para o processo de ensino e aprendizagem, tornando-se um referencial para o professor desenvolver sua prática pedagógica, de

acordo com as necessidades de seus alunos. Além disso, ele permite o armazenamento de informações, esclarece assuntos, integra teoria e prática e permite o estudo independente (Barroso; Darido, 2017; Farias, 2018; Souza Júnior *et al.*, 2015). Desse modo, a compreensão do conteúdo sistematizado em textos didáticos permite a apreensão de seu projeto social e de sua potencialidade como experiência formativa.

Na área da educação física, inicialmente, não existiam livros didáticos, portanto eram utilizados manuais de exercícios e de ginástica, voltados ao desenvolvimento de habilidades motoras e de capacidades físicas. No que diz respeito a livros didáticos específicos para o âmbito escolar, observa-se que, a partir do ano 2000, foram produzidos livros didáticos por municípios e por estados, de forma independente, como ocorreu nos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de São Paulo (Carlos; Melo, 2018; Melo; Moreira, 2019).

Nesta investigação, adotou-se como objeto de análise um livro didático do componente curricular educação física. Optou-se por investigar a proposta pedagógica de um dos livros selecionados pelo PNLD de 2019, isto é, o livro intitulado *Práticas corporais – Educação física 1º e 2º anos* (Darido *et al.*, 2017). Assim, o objetivo desta investigação foi examinar o propósito da seção denominada “Construção de valores”. A escolha dessa obra foi intencional, tendo em vista que o livro em questão havia sido adotado pelo município em que a pesquisadora trabalhava na época da pesquisa.

Materiais e métodos

Tratou-se de um estudo bibliográfico e documental, em que foram utilizadas fontes primárias, ou seja, documentos das políticas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o livro didático, bem como publicações de natureza científica. Para a fundamentação teórico-metodológica, foram utilizados autores que tratam do desenvolvimento do psiquismo e dos processos de ensino e aprendizagem, sob um viés histórico e crítico.

A partir disso, realizou-se um primeiro exame da obra, a fim de identificar a organização da proposta do livro didático. Em seguida, realizou-se a leitura do material, por meio da qual se identificou uma peculiaridade na organização da seção “Construção de valores”, isto é, a recorrência da utilização de práticas corporais adaptadas para o trato da dimensão do conhecimento prevista na BNCC, homônima à seção do livro didático investigado. Com base nisso, foi realizado o exame pormenorizado dessa seção.

Com vistas a compreender a organização da seção selecionada em sua totalidade, organizou-se a exposição dos resultados desta investigação em três partes, quais sejam: 1) *Práticas corporais – educação física (manual do professor) 1º e 2º anos*, em que se apresenta a organização do livro didático; 2) O alinhamento dos livros didáticos com as políticas educacionais, em que se busca encontrar os fundamentos e princípios presentes no livro e o tipo de formação que ele propõe; 3) O conhecimento apresentado na seção “Construção de valores”, em que se expressam os limites e os avanços da proposição pedagógica identificada na seção escolhida para análise.

Resultados e discussões

Práticas corporais – educação física (manual do professor) 1º e 2º anos

O manual do professor denominado *Práticas corporais – Educação física 1º e 2º anos* – 1ª edição foi publicado pela Editora Moderna, no ano de 2017, sob autoria de Suraya Cristina Darido, Irla Karla dos Santos Diniz, Aline Fernanda Ferreira, Amarilis Oliveira Carvalho, André Luís Ruggiero Barroso, André Minuzzo de Barros, Fernanda Moreto Impolcetto, Laercio Claro Pereira Franco e Osmar Moreira de Souza Júnior.

O livro possui 120 páginas e é composto por uma introdução, seguida das seções referentes às unidades temáticas danças, ginásticas, esportes e brincadeiras e jogos para o 1.º ano; logo após, são apresentadas as seções dessas mesmas unidades temáticas para o 2.º ano, e é finalizado pela bibliografia. Neste tópico, serão apresentados os fundamentos dessa obra, de acordo com as indicações apresentadas na introdução do livro.

O livro é uma produção coletiva e foi elaborado para auxiliar e orientar o planejamento educacional na tematização e na organização dos saberes relativos à cultura corporal de movimento. Os autores envolvidos nessa proposição ressaltam que os livros didáticos não possuem tradição no campo da educação física, mas que fornecem auxílio ao trabalho pedagógico, assim o material apresentado não visa a limitar ou determinar a atuação docente (Darido *et al.*, 2017).

Os autores subsidiam-se nos documentos educacionais vigentes para a elaboração do livro, especificamente, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, tendo em vista os objetivos de aprendizagem estabelecidos para o ensino da educação física, ressaltando que a organização proposta para esse componente curricular, na BNCC, é um avanço para a área e também diminui as diferenças referentes aos conhecimentos ensinados nesse componente curricular em todo o país.

A educação física é o componente curricular que integra os estudantes à cultura corporal de movimento. Para que essa integração se efetive, é necessário que os alunos pensem/reflitam/reflexionem, não apenas a respeito “[...] do aprendizado por meio das vivências”, mas também “[...] sobre como essas práticas se relacionam socialmente, quais são seus impactos e transformações históricas, as interferências da mídia, os valores envolvidos, as questões políticas e culturais” (Darido *et al.*, 2017, p. 5).

De acordo com o livro, esse componente curricular se insere na área de linguagens, e as práticas corporais apresentam-se “como textos culturais, permitindo produção, reprodução, leitura e interpretação” (Darido *et al.*, 2017, p. 6). Nesse sentido, os gestos compõem a linguagem corporal que permite a expressão de emoções, de desejos e a emissão de mensagens; assim, no ensino das práticas corporais, os movimentos humanos são contextualizados, ampliando o vocabulário corporal dos alunos e possibilitando a interpretação dos códigos e signos que eles envolvem.

Desse modo, o livro didático busca contemplar as competências gerais e da área de linguagens definidas na BNCC, bem como as práticas corporais adotadas no documento para o 1.º e o 2.º ano, quais sejam: danças, ginásticas, esportes e brincadeiras e jogos. Além disso, os autores organizam as práticas

corporais/unidades temáticas e suas manifestações/objetos de conhecimento a partir dos critérios estabelecidos na BNCC. Assim, o ensino das unidades temáticas danças e jogos e brincadeiras considera sua ocorrência social; o ensino da ginástica engloba as características dessa unidade temática e a diversidade; por fim, no ensino da unidade esportes, são considerados o seu modelo e a sua classificação (Darido *et al.*, 2017).

Ademais, os autores procuraram explorar as dimensões do conhecimento estabelecidas na BNCC, por meio do desenvolvimento de seções que contemplem essas dimensões, de maneira que elas sejam trabalhadas intencionalmente nas aulas. No livro didático analisado, as dimensões análise e compreensão, experimentação e fruição e construção de valores possuem subtópicos específicos, enquanto que as dimensões uso e apropriação, reflexão sobre a ação e protagonismo comunitário não são contempladas diretamente, mas de forma transversal, como explicam os autores.

O livro organiza-se com base nas unidades temáticas e seus objetos de conhecimento. As práticas didático-pedagógicas são organizadas por meio de temas divididos por algumas seções, quais sejam: “Para começar”, que propõe uma forma de organização para o início da aula, com roda de conversa inicial; “Análise e compreensão”, que apresenta alguns conhecimentos conceituais relativos ao tema de estudo; “Experimentação e fruição”, que apresenta proposições de atividades motoras voltadas aos temas estudados; “Construção de valores”, que propõe atividades motoras que remetem à educação física adaptada atrelada a reflexões sobre essas atividades práticas; e “Avaliação e registro”, em que são apresentadas atividades avaliativas para acompanhamento da evolução dos alunos.

Darido *et al.* (2017) afirmam que as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades elencadas na BNCC foram distribuídas no 1.º e no 2.º ano, com o intuito de estimular a autonomia dos alunos e que eles avancem nos saberes relativos aos conceitos, aos valores e às vivências das práticas corporais.

Nessa perspectiva, o ensino das práticas corporais deverá proporcionar aos estudantes igualdade de oportunidades, reflexões críticas e articulação dos saberes com a saúde e o lazer, com vistas a formar alunos críticos e criativos e não apenas reprodutores de técnicas, mas que possam utilizar essas práticas corporais no ambiente extraescolar.

O alinhamento dos livros didáticos com as políticas educacionais

Compreender a composição dos livros didáticos de forma ampla requer a observância de seus fundamentos e princípios; desse modo, optou-se por realizar o exame do edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLMD 2019 (edital de convocação 01/2017 – CGPLI), com vistas a indicar os critérios necessários para a proposição de livros didáticos.

No edital supracitado, é apresentada uma orientação geral para a elaboração das proposições de livros didáticos, a qual deveria abranger uma visão geral da proposta, a identificação da proposta teórico-

metodológica, a articulação entre os conteúdos e objetos de conhecimento e habilidades da BNCC, a relação entre os conteúdos apresentados ao longo do livro e a apresentação do referencial teórico-metodológico da proposta de avaliação. Além disso, o edital apresentava uma observação específica para o manual do professor para a educação física, a qual informava que este deveria ter:

[...] orientações gerais no início do volume e com a proposta de atividades que contribuam para o alcance das competências específicas deste componente curricular. Tais competências deverão ser desenvolvidas por meio dos objetos de conhecimento e habilidades, constantes no Anexo III-A. O livro não estará disposto em “formato U”, uma vez que não contará com o livro do estudante como referência (Brasil, 2017, p. 37).

Assim, o livro didático ora analisado apresenta as orientações especificadas no edital, iniciando com uma apresentação geral da organização da obra, na introdução, conforme indicado anteriormente (tópico 1), além de apresentar a identificação do fundamento teórico-metodológico que, segundo os autores, alinha-se com uma perspectiva cultural, em consonância com autores expoentes da área “como Suraya C. Darido, Mauro Betti, Jocimar Daolio, Valter Bracht, Elenor Kunz, entre outros” (Darido *et al.*, 2017, p. 7).

Essa indicação de autores que subsidiam essa obra confirma a anuência do livro com a BNCC, uma vez que, nesse documento, a educação física compreende as manifestações da cultura corporal de movimento, cuja fundamentação teórica está alocada na concepção crítico-emancipatória que foi desenvolvida por Elenor Kunz e seus continuadores como Jocimar Daolio, Valter Bracht (Vasconcelos, 2020). Além disso, o livro didático analisado tem como autores uma das redatoras da versão final da BNCC e um de seus leitores críticos, conforme indicam Tavares, Garcia e Rodrigues (2019).

Também é apresentada na obra a relação do conteúdo com as competências gerais da BNCC para o componente curricular da educação física. De acordo com os autores, a principal competência desse componente curricular é o “acesso às práticas corporais criadas, reproduzidas e transformadas pelo ser humano ao longo de sua história” (Darido *et al.*, 2017, p. 6), a partir das unidades temáticas, dos objetos de conhecimento e suas respectivas habilidades, com o intuito de promover a participação crítica, criativa e reflexiva nas aulas e a reprodução e execução no ambiente extraescolar.

A concordância dos autores do livro com o documento da BNCC remete à relação estabelecida entre as reformas educacionais e anuência deles às recomendações dos organismos internacionais. Na estratégia 2020 para a Educação do grupo Banco Mundial, fica estabelecido o objetivo de alcançar a aprendizagem para todos, isto é, propiciar que todos os indivíduos adquiram conhecimento e habilidades para terem vidas saudáveis e produtivas (Banco Mundial, 2011). Assim, o discurso utilizado no livro didático, ao fazer alusão à ideia de que a competência principal da educação física é o acesso crítico e criativo às práticas corporais e sua reprodução nos espaços fora da escola, representa o mesmo discurso do grupo do banco, segundo o qual a aprendizagem para todos garante a aquisição de saberes e competências necessárias “para uma vida feliz e produtiva” (Banco Mundial, 2011, p. 5).

Pesquisadores da área da educação física que analisaram a BNCC (Vasconcelos, 2020; Pinheiro, 2018) indicam que esse componente curricular está alinhado com as recomendações dos organismos internacionais, sobretudo os quatro pilares da educação apresentados no relatório Delors. Nesse sentido, Galuch e Crochík (2016) reforçam que o discurso de ‘aprendizagem para toda a vida’ e ‘aprender a aprender’ não objetivam uma formação que promova a experiência, mas, sim, a adaptação à forma de sociabilidade vigente. Ademais, esses pilares negam a autoridade do ensino e do professor, uma vez que, nas organizações e proposições pedagógicas, sobretudo dos livros didáticos, evidencia-se a formação para a autonomia e criticidade, de modo que o aluno seja guiado por si mesmo. Desse modo, o professor torna-se um colaborador e acompanha o aluno que espontaneamente aprende a conhecer e a construir seu próprio conhecimento (Galuch; Crochík, 2016).

No que diz respeito às avaliações, os autores criaram uma seção específica para o acompanhamento dos alunos durante a abordagem dos temas de estudo, com estratégias diversificadas como: atividades orais, registro escrito, desenhos, jogos, pesquisas e reflexões com a família e comunidade, além de indicarem outras possibilidades como portfólio, fotografias e vídeos (Darido *et al.*, 2017).

Tais propostas avaliativas também incorporam aspectos que Galuch e Crochík (2016) denominam de negação da autoridade, uma vez que essas avaliações consideram as atitudes e as ações dos alunos em detrimento dos conhecimentos estudados, bem como negligenciam a totalidade da vida em sociedade e suas múltiplas determinações, baseando-se em situações particulares, como a realidade do aluno. Assim, sob o argumento de que é preciso romper com os métodos avaliativos tradicionais, corre-se o risco de relativizar o processo de avaliação.

A estratégia de utilizar a pesquisa e reflexão com familiares como forma de avaliação, embora pareça valorizar a cultura local e incentivar a participação dos pais na vida escolar dos estudantes, secundariza a apropriação do conhecimento, bem como impede que o professor identifique a aprendizagem dos alunos, uma vez que as condições de vida dos alunos e seus familiares são desiguais e isso influenciará nas respostas e reflexões realizadas (Luria, 1990; Galuch; Crochík, 2016; Leontiev, 2004).

Luria (1990) identificou, em seu experimento, que indivíduos sem educação formal tendiam a utilizar o pensamento concreto para estabelecer relações práticas, enquanto que os indivíduos com algum tipo de instrução conseguiam, ainda que timidamente, conferir novos significados às palavras e elaborar pensamentos abstratos. O autor afirma que as modalidades de generalização e abstração dos indivíduos estão intimamente relacionadas com as suas condições sociais, culturais e econômicas.

Ademais, conforme ressalta Luria (1990), é a instrução formal que altera a atividade cognitiva e permite que o aluno se aproprie da realidade circundante e reflita objetivamente sobre ela, isto é, torne-se capaz de realizar operações teóricas. Desse modo, dadas as condições adversas a que os alunos são submetidos, muitas vezes desconhecidas pelos professores, utilizar a avaliação a partir dos saberes dos

familiares dos alunos destitui o professor do papel de avaliação e identificação da capacidade de generalização e abstração dos estudantes.

Leontiev (2004) destaca que essa desigualdade não possui natureza biológica ou da vontade do homem, mas é fruto da desigualdade econômica. A riqueza material e a cultura intelectual concentram-se nas mãos da classe dominante, a qual recebe uma formação sistemática dos conhecimentos da cultura e da arte, enquanto a classe dominada tem acesso ao mínimo de conhecimento possível, apenas para a manutenção de sua atividade produtiva. Desse modo, solicitar avaliações a partir das reflexões de pais e familiares pode reforçar a desigualdade entre os estudantes e impossibilitar a apropriação do conteúdo estudado.

Embora a organização dos conhecimentos da seção de avaliação do livro indique o que Benjamin (1994) denomina de pobreza de experiência, Galuch e Crochík (2016) salientam que os livros didáticos atendem às orientações presentes nos documentos educacionais. Do mesmo modo, o livro aqui estudado atende às orientações do edital de convocação 01/2017 e, conseqüentemente, à BNCC.

Por conseguinte, observa-se que esse documento curricular e proposições ulteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), buscam atender às avaliações internacionais e às reformas dos sistemas educacionais, como sugerido pelo Grupo do Banco Mundial (GBM). Com essas reformas, o GBM pretende implementar uma nova estratégia no sistema educacional, a qual visa a maior responsabilização dos participantes do sistema educacional, bem como a garantia de recursos aos sistemas que promovem o aprendizado pretendido por essas reformas (Banco Mundial, 2011).

Fonseca (1998) assevera que essa adesão dos sistemas educacionais aos princípios, estratégias e mecanismos dos órgãos internacionais ocorre sob forma de chantagem, uma vez que o desalinhamento com essas recomendações significa ausência de acesso aos ditos benefícios comerciais, tecnológicos e financeiros oferecidos. A autora afirma que, no Brasil, o GBM oferece assistência técnica desde a década de 1970 e que, ao longo dos anos, ampliou suas responsabilidades, passando da simples assistência técnica para a elaboração das políticas públicas. Essas políticas se atrelam ao projeto econômico do país, assim, ainda que no discurso evidenciem o combate à pobreza e prezem pela igualdade e educação para todos, em sua essência, a educação e todas as demais políticas sociais são instrumentos de alívio para as crises econômicas. Portanto, os livros didáticos também atenderão a esse objetivo, isto é, reproduzir a sociedade tal como ela está.

O conhecimento apresentado na seção “Construção de valores”

Neste tópico, será abordado o conhecimento a ser aprendido pelos alunos na seção denominada “Construção de valores”. De acordo com o manual do professor, a dimensão do conhecimento construção de valores, estabelecida na BNCC, “refere-se às discussões que viabilizam a aprendizagem de

valores considerando a formação de um cidadão crítico e ativo a partir das práticas corporais” (Darido *et al.*, 2017, p. 8).

A presença dessa dimensão do conhecimento remete, mais uma vez, à observância dos autores do livro ao documento normativo da BNCC. Essa dimensão:

[...] vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática. A produção e partilha de atitudes, normas e valores (positivos e negativos) são inerentes a qualquer processo de socialização. No entanto, essa dimensão está diretamente associada ao ato intencional de ensino e de aprendizagem e, portanto, demanda intervenção pedagógica orientada para tal fim. Por esse motivo, a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais (Brasil, 2018, p. 221).

Apesar de o manual se preocupar com as dimensões do conhecimento, observa-se que ele se limita à construção de um valor específico, isto é, o respeito às diferenças, não atendendo nem mesmo à BNCC, uma vez que o documento prevê também o “combate aos preconceitos de qualquer natureza”, bem como “a superação de estereótipos e preconceitos” (Brasil, 2018, p. 221).

No livro estudado, apenas três dentre os 14 temas organizados não apresentam a seção ‘construção de valores’. Portanto, nos 11 temas em que essa seção aparece, são apresentadas atividades motoras lúdicas com algum tipo de limitação física ou sensorial, por exemplo: a brincadeira de espelho sentado, derruba garrafas sentado, batata quente com olhos vendados, jogos de lançar para pessoas com deficiência, entre outras. Essas atividades remetem aos esportes paraolímpicos, destinados a pessoas com algum tipo de deficiência.

A utilização de vivência de práticas corporais com limitações físicas e sensoriais caracteriza-se por uma semiformação socializada, pois o foco está na apropriação subjetiva da cultura. Além disso, apesar de se prezar pela autonomia, a formação é contraditoriamente heteronômica, pois as discussões das atividades decaem em si mesmas (Adorno, 1996).

Benjamin (1994) reforça que a partir da modernidade nos é proporcionada a pobreza de experiência. Nesse sentido, Sanches e Silva (2019) entendem que os conhecimentos e saberes se reconfiguram e se limitam ao que Benjamin denomina como vivência, enfraquecendo os sentidos da experiência. Desse modo, a realização de atividades motoras que se aproximam das condições vividas diariamente por uma pessoa com deficiência, por si só, conforme sugerido no livro, não permite a apropriação desse conhecimento, pelo contrário, ela “é substituída por algo pontual e efêmero” (Galuch; Crochík, 2016, p. 241) que, em sua essência, não viabiliza a experiência dos alunos.

No manual, após a realização da atividade motora, é proposta uma discussão que envolve conversas com os alunos sobre as dificuldades encontradas na realização da atividade e sobre a

possibilidade de participação de pessoas com deficiências nas práticas corporais, conforme excertos a seguir:

Procure saber se foi difícil correr sem enxergar (p. 20)
 Como foi ficar sem visão? Foi difícil acompanhar o ritmo dispondo apenas da audição? (p. 27)
 Como foi a sensação de realizar a atividade sentado? (p. 35)
 Quais as dificuldades são enfrentadas por um cadeirante? (p. 35)
 Será que as pessoas com deficiência física podem jogar boliche? (p. 55)
 Essa limitação auditiva impede a participação na aula? (p. 75)
 Como cada um se sentiu? (p. 75)
 Qual foi a sensação de realizar a parada de cabeça com os olhos vendados? (Darido *et al.*, 2017, p. 95)

Essas discussões visam ao respeito a pessoas com deficiências e ao seu direito à prática corporal e às aulas de educação física, a partir de suas necessidades, por meio da vivência de atividades que remetem às situações que a pessoa com deficiência enfrenta diariamente. De acordo com Galuch e Crochík (2016), tais questionamentos e proposições, apesar de parecerem coerentes ao proporcionar reflexões que permitem aos alunos conhecer e respeitar os demais indivíduos em suas especificidades, desconsideram a desigualdade social e econômica entre os alunos, recaindo assim na realização de atividades motoras que possibilitam ao aluno ter consciência de si mesmo, o que, por si só, permitiria que ele entendesse e respeitasse o próximo, nesse caso, as pessoas com deficiências.

Contudo, Leontiev (2004) assevera que a apropriação dos indivíduos dos conhecimentos, objetos e fenômenos historicamente construídos não ocorre de forma natural como nos animais, mas ela deve ocorrer de forma ativa e por meio da relação com outros indivíduos. É por meio das relações sociais que ocorre o processo de hominização e, conseqüentemente, o homem aprende a se relacionar “com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o gosto, o amor” (Leontiev, 2004, p. 286). Portanto, questionar as sensações das crianças durante a execução das atividades propostas, por si só, não garante as reflexões propostas no livro, menos ainda promove a apropriação das aptidões, objetos e fenômenos criados pela humanidade.

Além das perguntas norteadoras para as discussões, o manual apresenta alguns aspectos a serem reforçados e evidenciados nesses momentos, tais como:

Incluir os colegas com dificuldades auditivas nas atividades, pois apesar das limitações que possam existir, há espaço para todos (p. 75)
 Pessoas com deficiência devem ser respeitadas, pois apesar de suas dificuldades, elas também são ativas e participativas (p. 20)
 Destaque a participação dos alunos e da adaptação das atividades para que todos possam aprender e fazer parte do grupo (p. 35)
 Auxilie os alunos a perceber que as pessoas com deficiência visual também podem participar de diversos tipos de giros e saltos (Darido *et al.*, 2017, p. 95).

Essa organização dos momentos do ensino visa a prever e nortear a compreensão e a reação dos alunos, como afirmam Galuch e Crochík (2016), uma vez que o ensino pautado nessa organização

instrumental já traz seus resultados *a priori* e secundariza a apropriação do conhecimento. Em consequência disso, os alunos não se apropriam das práticas corporais presentes nos esportes paraolímpicos em suas especificidades e nem refletem sobre as contradições presentes na inserção de pessoas com deficiências nos esportes ou, ainda, sobre a separação dos eventos olímpicos em olimpíadas e paralimpíadas, por exemplo.

Nesse sentido, Leontiev (2004) assevera que a apropriação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo da história humana não ocorre de forma natural, mas precisa que a criança acesse o mundo circundante por meio da mediação dos outros indivíduos. Ademais, o autor evidencia que essa apropriação precisa reproduzir os “traços da atividade cristalizada (acumulada) no objeto” (Leontiev, 2004, p. 290).

Embora os autores abordem práticas corporais que remetem aos esportes paraolímpicos, evidenciando a necessidade de os alunos apropriarem-se desse saber da área da educação física, o encaminhamento proposto para o ensino desse conhecimento não possibilita a apropriação dos conhecimentos da cultura humana, uma vez que, ao apresentar imagens referentes aos esportes paraolímpicos no livro, o encaminhamento proposto é o seguinte:

[...] Questione os alunos se eles conhecem esportes para pessoas com algum tipo de deficiência. Explore as respostas dadas para abordar o tema ‘inclusão’ (p. 49).

[...] Estimule os alunos a refletir sobre a acessibilidade no bairro e na rua onde moram: ‘As calçadas do bairro possuem rampas que favorecem a locomoção de cadeirantes?’, ‘Há ônibus adaptado para transportá-los?’, ‘O que poderia ser feito para melhorar a acessibilidade dos cadeirantes no bairro e na escola?’ (Possibilidades de respostas: tapar buracos, retirar entulhos das calçadas, construir mais rampas nas calçadas, na escola e em construções que só contam com escadas etc.). Comente que faz parte dos direitos humanos a liberdade de locomoção. Por isso, identificar falhas de acessibilidade e buscar soluções colabora para que esse direito seja garantido aos cadeirantes e a todas as pessoas que têm dificuldades de locomoção nos espaços públicos (Darido *et al.*, 2017, p. 35).

Desse modo, a transmissão do conhecimento sócio-histórico relativo aos esportes paraolímpicos torna-se um meio para a discussão e a construção de valores morais e, conseqüentemente, para a disseminação de valores para a manutenção dessa forma de sociabilidade, isto é, para que os indivíduos se relacionem de acordo com as necessidades do estado burguês. Portanto, por trás da proposta de formação do manual, que se propõe a formar alunos críticos e criativos, em suma, existe uma pseudoformação, visto que os encaminhamentos para o trato do conhecimento preveem a aplicação do conhecimento instantaneamente, na solução de problemas da vida cotidiana dos alunos, sem refletir sobre questões universais que (im)possibilitam tais práticas (Galuch; Crochík, 2016).

Vygotsky (1999, p. 41), ao explicar a internalização das funções psicológicas superiores, reforça que não é possível a aplicação imediata dos conhecimentos, pois “a internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com

signos”, as quais ocorrem por meio da passagem por várias fases de uso dos signos até que o indivíduo seja capaz de reconstruir internamente uma ou mais operações externas.

Horkheimer e Adorno (1985) afirmam que a indústria cultural é a indústria da diversão, e é por meio da diversão que a indústria cultural controla seus consumidores; assim, a repetição de atividades motoras adaptadas, de caráter lúdico, e que discutem sempre a necessidade de inclusão e de respeito às pessoas com deficiências nas aulas de educação física, reforça esse controle da indústria cultural, já que o “espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento –, mas através de sinais” (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 112). Da mesma forma, as problematizações realizadas após cada uma das vivências práticas levarão os estudantes à mesma forma de pensamento, pois, apesar de todo o conhecimento produzido e acumulado, a indústria cultural sempre oferecerá o mesmo alimento estereotipado. Em suma, o aprendizado de valores morais de forma lúdica universaliza a pseudoformação (Galuch; Crochík, 2016).

Portanto, assim como na indústria cultural, na seção “Construção de valores”, desaparecem os objetivos de crítica e de respeito, pois “a primeira transforma-se na produção mecânica de laudos periciais, o segundo é herdado pelo culto desmemoriado da personalidade” (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 131). Desse modo, a organização sistematizada da seção supracitada promove a reprodução mecânica de ideais previamente dados e não a análise das múltiplas determinações que envolvem as práticas corporais propostas, bem como exaltam valores morais a respeito da inclusão no âmbito discursivo, sem, necessariamente, promover a apropriação desses valores pelos alunos.

Conclusões

Este estudo objetivou o exame da seção denominada “Construção de valores” do livro didático *Práticas corporais – Educação física 1º e 2º anos*, com vistas a compreender seu propósito. Os autores do livro investigado demonstram, ao longo de todo o material, a observância dos pressupostos estabelecidos no Edital de convocação 01/2017 e no documento normativo da BNCC, tanto no que diz respeito aos conteúdos e dimensões do conhecimento quanto à perspectiva pedagógica e à finalidade da educação física.

As práticas didático-pedagógicas são organizadas a partir das unidades temáticas e seus objetos de conhecimento, assim a estratégia de ensino envolve uma apresentação conceitual do tema proposto, vivência e reflexão de atividades motoras e atividades avaliativas. Essa organização do ensino empobrece a formação dos alunos, devido à pobreza de experiências que a permeia, porém ela atende aos pressupostos basilares da política educacional brasileira, bem como atende aos pressupostos e aos objetivos educacionais estabelecidos pelos organismos internacionais.

A seção “Construção de valores”, ao utilizar atividades motoras lúdicas que remetem aos esportes paraolímpicos, reforça a vivência em detrimento da experiência, pois não tem por objetivo a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos relativos a essas práticas corporais pelos alunos, mas, sim, a promoção de valores morais.

Ademais, a recorrência de práticas corporais com limitação física ou sensorial, por si só, não garante a formação de valores nos estudantes, uma vez que a forma de problematização proposta no livro se baseia nas sensações dos alunos; assim, as discussões podem tornar-se relativistas e mecânicas, o que estimula uma pseudoformação.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas tendo como objeto de investigação os livros didáticos de educação física, a fim de descortinar as contradições presentes neles, com vistas a propiciar aos professores que atuam com esses materiais um suporte para a análise e a reflexão diante do que lhes é oferecido para escolha.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**. n. 56, p. 388-411, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial** (Sumário Executivo). Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/461751468336853263/pdf/644870WP00PORT00Box0361538B0PUBLIC0.pdf>. Acesso em: ago, 2022.

BARROSO, André Luiz Ruggiero; DARIDO, Suraya Cristina. O livro didático na educação física escolar: visão de professores e alunos. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 3, p. 488-502, 2017.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018. 472p.

BRASIL. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2017 – CGPLI** - Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD. 2017. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/6228-edital-pnld-2017>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Guia digital – PNLD**. 2019. Disponível em: < https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2019/componente-curricular/educacao-fisica>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **PNLD**. FNDE, 2021. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>>. Acesso em: 10 set. 2021.

CARLOS, Camila Batista; MELO, José Pereira. Didactic book in physical education: the public experiences of João Pessoa and Paraná. **Motricidade**, vol. 14, SI, pp. 72-77.

DARIDO, Suraya Cristina. *et al.* **Práticas corporais – Educação física:** (manual do professor) 1º e 2º anos. 1 Ed. Ed. Moderna: São Paulo, 2017.

FARIAS, Alison Nascimento. **Livro didático e as TIC:** limites e possibilidades para as aulas de educação física do município de Caucaia/CE. Rio Claro: UNESP, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro, 2018.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.** v. 24, n.1, p. 37-69, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abr. 2022.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; CROCHÍK, José Leon. Propostas pedagógicas em livros didáticos: reflexões sobre a pseudoformação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 234-258, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3218/pdf.10>. Acesso em: mar. 2022.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LEONTIEV, Alexei. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 277-302.

LURIA, Alexander R. Generalização e Abstração. In: LURIA, Alexander R. **Desenvolvimento cognitivo**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1990. Cap. 03, p. 65-133.

MELO, Fernando Garcez de; MOREIRA, Evandro Carlos. O livro didático de educação física: uma leitura da produção acadêmica. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n. 3, p. 445-462, 2019.

PINHEIRO, Ellen. Grace. **A Educação Física Escolar na Base Nacional Comum Curricular:** dinâmicas de um movimento em construção. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SANCHES, Eduardo Oliveira; SILVA, Divino José da. Reflexões sobre a noção de experiência na obra de Walter Benjamin. **Comunicações**, v. 26, p. 151-165, 2019.

SILVA, Igor Araujo da *et al.* PNLD e a Educação Física: uma Análise Comparativa Entre os Componentes Curriculares no Ensino Fundamental. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, v. 21, n. 1, p. 102-111, 2020.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio de. Educação física e livro didático: entre o hiato e o despertar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 479-493, abr./jun. de 2015.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro; TAVARES, Raquel Nunes; GARCIA, Lênin Tomazett. Base Nacional Comum Curricular e Educação Física: análise de tendências e lacunas da produção acadêmica no Brasil. **Movimento-revista de educação**, n. 11, p. 185-207, 28 nov. 2019.

VASCONCELOS, Carolina de Moura de. **Política Educacional Brasileira e a Base Nacional Comum Curricular**: Concepções do município de Marialva-PR. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

VYGOTSKY, Lev S. Internalização das funções psicológicas superiores. In: VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 38-41.

*Recebido em: 10 de julho de 2024.
Aprovado em: 24 de novembro de 2024.*